ISSN: 2358-8829

O CINEMA NACIONAL COMO FONTE HISTÓRICA E FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO ESTUDO DA DITADURA

Fabrício Flávio Soares de Sousa [1]
Marília Mendes [2]
Tonielson da Conceição Oliveira Pinto [3]

INTRODUÇÃO

Ensinar a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) em sala de aula é um desafio que vai muito além de listar datas e nomes de governantes. Reduzir esse período a uma sequência cronológica de fatos significa perder justamente aquilo que ele tem de mais importante para a formação dos estudantes: a compreensão do que a repressão significou na vida concreta das pessoas e o entendimento de que a defesa da democracia é uma conquista que precisa ser renovada todos os dias.

Nesse cenário, o cinema nacional surge como um recurso capaz de aproximar os alunos dessa experiência histórica de um jeito que o livro didático, sozinho, dificilmente alcança. Mais do que uma ilustração do conteúdo, o filme funciona como um documento histórico ativo, um espaço onde a memória do período é construída e disputada. Ao mesmo tempo, o próprio cinema brasileiro viveu, durante a ditadura, uma situação contraditória: foi perseguido pela censura e, ao mesmo tempo, recebeu financiamento do Estado por meio da Embrafilme. Esse paradoxo diz muito sobre como o regime enxergava a cultura e sobre o papel que o audiovisual acabou assumindo na formação de uma identidade cinematográfica brasileira marcada pela luta pela liberdade de expressão.

O problema que orienta esta pesquisa é o seguinte: de que forma o cinema nacional pode ser utilizado como fonte histórica e como ferramenta pedagógica para o ensino da ditadura militar na educação básica? A pergunta parte da constatação de que muitos estudantes chegam ao ensino médio com pouca ou nenhuma informação sobre o período,

[1] Graduado pelo Curso de Ciências Sociais Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, fabricioflavio2015@gmail.com;
[2] Graduanda do Curso de História Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, mariliagospel2@gmail.com;
[3] Graduando do Curso de História Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, tonielsonoliveiratoni@gmail.com.

e de que a linguagem audiovisual tem um potencial de engajamento que o texto escrito nem sempre consegue reproduzir.

A justificativa deste trabalho está amparada tanto na produção acadêmica sobre cinema e memória quanto na legislação educacional brasileira. A Lei nº 13.006, de 2014, tornou obrigatória a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica, reconhecendo formalmente o valor pedagógico do audiovisual. Isso significa que o uso do cinema em sala de aula não é apenas uma escolha metodológica interessante, mas também uma exigência legal que ainda carece de aplicação sistemática em muitas escolas.

Diante disso, o objetivo geral deste artigo é compreender a Ditadura Civil-Militar brasileira por meio do cinema nacional, analisando suas representações, suas memórias e seus impactos sociais, e discutindo como essa análise pode ser transposta para a sala de aula. De forma específica, buscamos identificar os principais aspectos da repressão e da resistência retratados no cinema sobre o período, estimular o diálogo e a expressão dos alunos a partir de debates coletivos e utilizar o audiovisual como ferramenta de aproximação entre o conteúdo histórico e a realidade dos estudantes.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa combinou levantamento bibliográfico e documental com uma intervenção pedagógica em quatro etapas, aplicada a uma turma do primeiro ano do ensino médio, que incluiu roda de conversa, exibição de imagens históricas, exibição do filme *Marighella* e debate coletivo. Os resultados indicam que a atividade favoreceu a identificação, pelos estudantes, de elementos como a violência sistemática do aparato repressivo e as diferentes formas de resistência ao regime, além de estimular a leitura crítica da linguagem audiovisual. Conclui-se que o cinema nacional, quando inserido em uma estratégia pedagógica estruturada, atua tanto como fonte histórica quanto como ferramenta de ensino, ainda que os resultados, obtidos em uma única turma, não permitam generalizações.

METODOLOGIA

Esta pesquisa tem caráter bibliográfico e documental, e se desenvolveu a partir do estudo de obras de referência sobre cinema, memória e história da ditadura militar, associado à legislação educacional vigente, em especial a Lei nº 13.006/2014. A esse levantamento teórico somou-se uma etapa de aplicação prática, realizada por meio de um

ISSN: 2358-8829

projeto de intervenção pedagógica desenvolvido no Centro Educa Mais Estado do Ceará, escola localizada no bairro Coheb Sacavém, que atende exclusivamente ao ensino médio.

A intervenção foi planejada em quatro etapas, aplicadas junto a uma turma do primeiro ano do ensino médio. A primeira etapa consistiu em uma visita de reconhecimento à escola, com o objetivo de conhecer o ambiente e a turma que participaria do projeto. Na segunda etapa, o projeto foi apresentado aos alunos, junto com uma observação inicial da dinâmica da sala de aula.

A terceira etapa foi dedicada a uma roda de conversa, iniciada a partir da pergunta norteadora "o que vocês sabem ou lembram sobre a Ditadura Militar no Brasil?". Essa roda de conversa teve o objetivo de diagnosticar os conhecimentos prévios da turma sobre o tema. Na sequência, foram exibidas imagens históricas do período, como manifestações, atos de repressão e censura, com a intenção de estimular a memória visual dos estudantes e abrir espaço para uma discussão guiada sobre liberdade, repressão, resistência e censura.

A quarta e última etapa consistiu na exibição do filme *Marighella*, dirigido por Wagner Moura, exibido pela primeira vez em 2019 e lançado comercialmente no Brasil em 2021. Depois da sessão, foi conduzido um debate coletivo sobre os elementos observados na obra, como os mecanismos de repressão estatal, as estratégias de resistência retratadas e o papel dos movimentos sociais no período. Perguntas orientadoras foram utilizadas para relacionar o conteúdo do filme com os temas já discutidos na roda de conversa anterior, e a etapa foi encerrada com a elaboração coletiva de um painel, no qual os alunos sistematizaram, por meio de palavras-chave e conceitos centrais, as ideias debatidas ao longo do processo.

A escolha do filme *Marighella* não foi aleatória. Por se tratar de uma produção recente, de ampla circulação e centrada na trajetória de um dos principais nomes da resistência armada ao regime, o filme oferece um ponto de entrada acessível para estudantes que, em geral, têm pouco contato prévio com o tema, ao mesmo tempo em que permite discutir de forma concreta os conceitos trabalhados no referencial teórico, como o de memória difícil e o de tortura como política de Estado.

Quanto aos aspectos éticos, a intervenção foi realizada mediante autorização da direção da escola e do professor responsável pela turma. A participação dos estudantes foi voluntária, sem qualquer obrigatoriedade, e não foi solicitada autorização individual aos estudantes ou aos seus responsáveis. Não foram coletados nem divulgados dados que

ISSN: 2358-8829

permitam identificar os participantes, e não foram reproduzidas imagens de estudantes neste trabalho.

REFERENCIAL TEÓRICO

A discussão proposta neste artigo se apoia na articulação entre três eixos: a história da produção cinematográfica durante a ditadura, a teoria sobre memória e cinema desenvolvida por Marcos Napolitano, e a análise histórica da repressão feita por Lilia Schwarcz e Heloisa Starling.

O paradoxo da Embrafilme

Durante a ditadura militar, o cinema brasileiro conviveu com uma contradição que marcou toda a produção do período. De um lado, a censura prévia atingia diretamente roteiros, filmes prontos e até cartazes de divulgação, sob a justificativa de proteger a moral e os bons costumes ou de impedir a divulgação de conteúdo considerado subversivo. De outro, o mesmo Estado que censurava também financiava a produção cinematográfica nacional por meio da Embrafilme, criada em 1969, que passou a atuar tanto na distribuição quanto, a partir dos anos 1970, no financiamento direto de longas-metragens.

Esse paradoxo não é um detalhe curioso da história do cinema brasileiro: ele revela a ambiguidade da própria política cultural do regime, que via no cinema, ao mesmo tempo, uma ameaça e uma oportunidade. Era uma ameaça porque a linguagem cinematográfica, sobretudo em um momento de efervescência do Cinema Novo, carregava um potencial crítico e mobilizador. E era uma oportunidade porque um cinema nacional forte também servia aos interesses de afirmação de uma identidade cultural brasileira, algo que interessava ao próprio projeto nacionalista dos militares. É dentro dessa tensão entre repressão e fomento que se formou boa parte da identidade do cinema nacional daquele período, marcada justamente pela luta por espaços de liberdade de expressão dentro de um sistema que, ao mesmo tempo, abria e fechava portas.

Marcos Napolitano: cinema, memória hegemônica e nostalgia

Marcos Napolitano, historiador dedicado ao estudo da história do Brasil republicano e da cultura audiovisual, oferece um dos referenciais mais importantes para

pensar a relação entre cinema e ditadura. Para o autor, o cinema produzido sobre o regime militar, principalmente depois da abertura política, se posiciona em disputa com aquilo que ele chama de memória hegemônica liberal e de memória nostálgica do período.

A memória nostálgica, segundo Napolitano, é aquela que idealiza os anos de chumbo, destacando o chamado "milagre econômico" e a suposta ordem social conquistada pelo regime, ao mesmo tempo em que silencia sobre a violência, a tortura e o desaparecimento de opositores. O cinema, na leitura do autor, funciona como um contraponto a essa narrativa, na medida em que expõe justamente aquilo que a memória nostálgica tenta esconder.

Um exemplo citado por Napolitano é o filme *Pra Frente, Brasil* (1982), que retrata a tensão entre a euforia nacionalista associada à Copa do Mundo de 1970 e a violência da repressão que acontecia por trás dessa euforia. Para o historiador, filmes como esse não devem ser lidos apenas como ilustração de um contexto histórico já conhecido, mas como fonte histórica em si, capaz de registrar e elaborar aquilo que ele chama de memórias difíceis, ou seja, memórias de experiências traumáticas que resistem a uma narrativa simples e linear (NAPOLITANO, 2005; 2014).

Lilia Schwarcz e Heloisa Starling: a tortura como política de Estado

Se Napolitano contribui com a chave de leitura sobre memória e cinema, as historiadoras Lilia Schwarcz e Heloisa Starling trazem o embasamento histórico sobre a natureza da repressão. Na obra *Brasil: uma biografia*, as autoras deixam claro que a tortura praticada durante a ditadura não pode ser entendida como resultado de excessos isolados de agentes descontrolados. Segundo elas, tratou-se de uma política de Estado, planejada e institucionalizada com o objetivo de desarticular a oposição política e impor o terror como forma de controle social (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Essa afirmação é central para o presente trabalho porque desloca a responsabilidade pela violência de indivíduos isolados para as próprias estruturas do regime, o que tem implicações diretas para o modo como o tema deve ser ensinado em sala de aula. Não se trata de apontar culpados pontuais, mas de compreender um sistema de repressão organizado e sustentado pelo aparato estatal.

Schwarcz e Starling também discutem a construção da memória nostálgica da ditadura, que definem como uma memória do que não aconteceu (SCHWARCZ; STARLING, 2015), em diálogo direto com a crítica que Napolitano faz ao mesmo

fenômeno a partir do cinema. Starling, em particular, analisa ainda os antecedentes do golpe de 1964, mostrando como a articulação entre setores militares e civis pavimentou o caminho para a ruptura democrática, o que ajuda a entender que a ditadura não surgiu isolada, mas foi fruto de um processo político mais amplo.

O cinema como arena de debate sobre o passado

Ao aproximar essas duas perspectivas, a de Napolitano sobre memória e cinema e a de Schwarcz e Starling sobre a natureza da repressão, é possível compreender o cinema nacional como uma verdadeira arena de disputa sobre o passado. Filmes como *Batismo de Sangue* (2007), *O Que É Isso, Companheiro?* (1997) e o documentário *O Dia que Durou 21 Anos* (2012) não apenas narram acontecimentos, mas também provocam no espectador uma reflexão sobre justiça, impunidade e reparação histórica.

Ao dar rosto e voz a vítimas e resistentes, o cinema humaniza a história e dificulta o silenciamento sobre o período. Essa característica é o que o torna um instrumento tão valioso para a pedagogia histórica: ele complementa o trabalho da historiografia acadêmica ao alcançar um público mais amplo e ao mobilizar a dimensão emocional da experiência histórica, algo que dificilmente um texto expositivo consegue fazer sozinho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A aplicação do projeto confirmou boa parte das expectativas apontadas pela literatura sobre o uso do cinema na educação. Já na roda de conversa inicial, ficou evidente que a maioria dos estudantes possuía apenas um conhecimento superficial e fragmentado sobre a ditadura militar, muitas vezes reduzido a referências soltas ouvidas em casa ou nas redes sociais. Esse ponto de partida reforça a justificativa deste trabalho: o cinema tem justamente o potencial de preencher essas lacunas históricas, oferecendo aos alunos um contato mais direto e sensível com o período do que aquele proporcionado pelo ensino tradicional baseado apenas em texto.

A exibição das imagens históricas na terceira etapa já provocou reações importantes na turma, com alunos relacionando cenas de repressão a discussões contemporâneas sobre autoritarismo e direitos humanos. Esse tipo de conexão entre passado e presente é um dos efeitos mais valorizados na literatura sobre ensino de história

por meio do audiovisual, já que favorece uma aprendizagem ativa em vez de uma memorização passiva de datas e nomes.

A exibição do filme *Marighella*, por sua vez, funcionou como o momento de maior engajamento da turma. O debate posterior mostrou que os estudantes conseguiram identificar, a partir da obra, elementos centrais discutidos no referencial teórico, como a violência sistemática do aparato repressivo e a existência de diferentes formas de resistência ao regime. Esse resultado dialoga diretamente com a proposta de Napolitano de que o cinema funciona como fonte histórica capaz de elaborar memórias difíceis, e não apenas como uma ilustração de conteúdo já dado. Ao mesmo tempo, a discussão em sala sobre a tortura retratada no filme ofereceu uma oportunidade concreta de trabalhar a tese de Schwarcz e Starling de que a violência do período foi uma política de Estado organizada, e não um conjunto de excessos isolados, o que ajudou a turma a superar leituras simplificadas do tema.

Do ponto de vista pedagógico, observou-se também o desenvolvimento da alfabetização visual dos estudantes, que passaram a prestar atenção a elementos técnicos da linguagem cinematográfica, como enquadramento, montagem e trilha sonora, e a perceber como essas escolhas também comunicam sentido, além do próprio roteiro. Esse tipo de leitura crítica da imagem é cada vez mais relevante em uma sociedade que consome informação majoritariamente em formato audiovisual, e reforça o cinema como instrumento não apenas histórico, mas também de formação midiática.

A elaboração do painel coletivo, na etapa final, evidenciou que os alunos conseguiram sistematizar conceitos centrais discutidos ao longo do projeto, como repressão, resistência, censura e democracia, demonstrando apropriação do conteúdo trabalhado. Esse resultado está em consonância com o que estabelece a Lei nº 13.006/2014: a exibição de filmes nacionais na escola não deve ser tratada como uma atividade isolada de entretenimento, mas como parte de uma estratégia pedagógica estruturada, com momentos de preparação, exibição e discussão crítica, como foi o caso desta intervenção.

De forma geral, os resultados obtidos confirmam que o cinema nacional funciona como uma ponte entre o currículo escolar e a experiência estética dos estudantes, na medida em que transforma o aluno de um receptor passivo de conteúdo em um observador crítico, capaz de relacionar a realidade retratada na tela com discussões mais amplas sobre democracia e direitos humanos.

ISSN: 2358-8829

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho partiu da convicção de que a Ditadura Civil-Militar brasileira não pode ser tratada apenas como um capítulo a ser decorado nos livros didáticos, mas como uma ferida histórica que precisa ser compreendida, sentida e debatida pelas novas gerações. A análise teórica desenvolvida a partir de Napolitano, Schwarcz e Starling, associada à aplicação prática do projeto na escola, mostrou que o cinema nacional tem um papel fundamental nesse processo, tanto como fonte histórica quanto como ferramenta pedagógica.

O paradoxo vivido pelo cinema brasileiro durante o regime, perseguido pela censura e, ao mesmo tempo, financiado pela Embrafilme, ajuda a entender que a relação entre cultura e poder durante a ditadura foi mais complexa do que uma simples oposição entre repressão e liberdade. Essa complexidade, quando trabalhada em sala de aula, contribui para que os estudantes desenvolvam uma visão mais crítica e menos simplificada do período.

A experiência com o filme *Marighella* confirmou que a exibição de produções nacionais na escola, quando estruturada com momentos de preparação e debate, tem potencial real de mobilizar os estudantes e de aprofundar sua compreensão histórica, algo que está em consonância com o espírito da Lei nº 13.006/2014. Ao mesmo tempo, o projeto reforçou que o cinema não substitui o trabalho do professor e da historiografia, mas funciona como um complemento poderoso, capaz de humanizar o conteúdo histórico e de alcançar dimensões emocionais que o texto escrito, sozinho, dificilmente atinge.

Como limitação deste estudo, é importante destacar que a intervenção foi aplicada a uma única turma, em um contexto escolar específico, o que impede generalizações amplas sobre os resultados obtidos. Fica como sugestão para trabalhos futuros a aplicação da mesma proposta metodológica em outras turmas e contextos escolares, bem como a exploração de outros filmes nacionais sobre a ditadura, de modo a ampliar a discussão sobre o potencial do cinema como fonte histórica e ferramenta pedagógica no ensino de história.

Palavras-chave: Cinema Nacional, Ditadura Militar, Educação, Identidade Cultural.

ISSN: 2358-8829

REFERÊNCIAS

BATISMO de sangue. Direção: Helvécio Ratton. Brasil, 2007. 1 filme.

BRASIL. Lei nº 13.006, de 26 de junho de 2014. Acrescenta § 8º ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica. Brasília, DF, 2014.

MARIGHELLA. Direção: Wagner Moura. Brasil: O2 Filmes, 2019. 1 filme (155 min).

NAPOLITANO, Marcos. A história depois do papel: as fontes audiovisuais e o ensino de história. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 235-266.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

O DIA que durou 21 anos. Direção: Camilo Tavares. Brasil, 2012. 1 filme.

O QUE é isso, companheiro? Direção: Bruno Barreto. Brasil, 1997. 1 filme.

PRA FRENTE, Brasil. Direção: Roberto Farias. Brasil, 1982. 1 filme.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.